



Seminário Lei do Bem

Humberto Pereira
Presidente da Anpei

Lei do Bem | A visão do setor privado sobre o modelo atual de investimento privado em C,T&I

Seminário Lei do Bem

Como ampliar Parcerias Público-Privadas para
Investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação

7 de Dezembro de 2016



Lei do Bem | A visão do setor privado sobre o modelo atual de investimento privado em C,T&I

Quem é a Anpei?

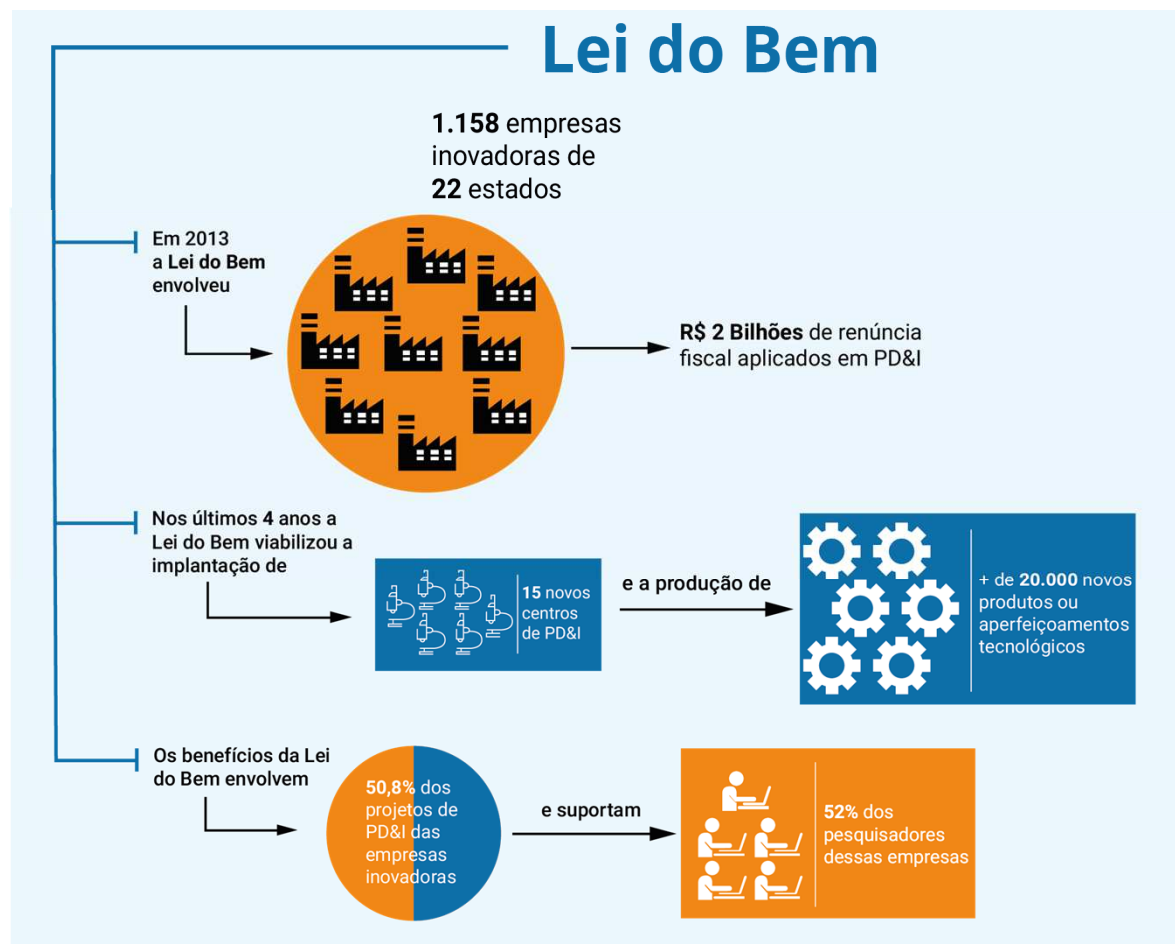
A Anpei é a **única** associação **brasileira multisetorial** e **independente** que reúne os principais **profissionais** que **praticam** inovação ancorada em **tecnologia** e geração de negócios de **alto valor agregado**

Seminário Lei do Bem

ANPEI

Lei do Bem

A visão do setor privado sobre o modelo atual de investimento privado em C,T&I



Seminário Lei do Bem

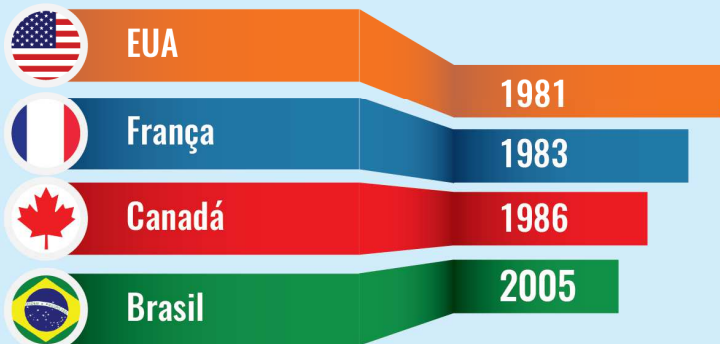
Os benefícios da
Lei do Bem às
empresas
inovadoras

Lei do Bem

A visão do setor privado sobre o modelo atual de investimento privado em C,T&I

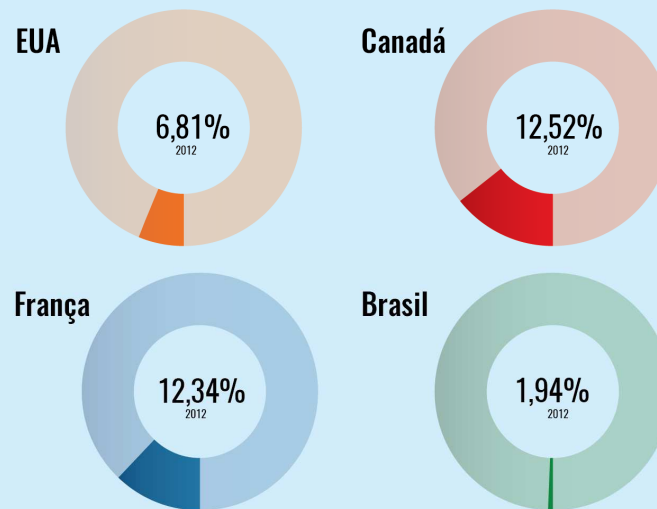
Incentivos fiscais para empresas que investem em P&D em diferentes países

Início dos incentivos:



Existem alguns incentivos no Brasil desde 1993, mas o mais significativo, a Lei do Bem, teve início apenas em 2005
Fonte: Inventta+bgf

Recuperação fiscal/investimento em P&D (%):



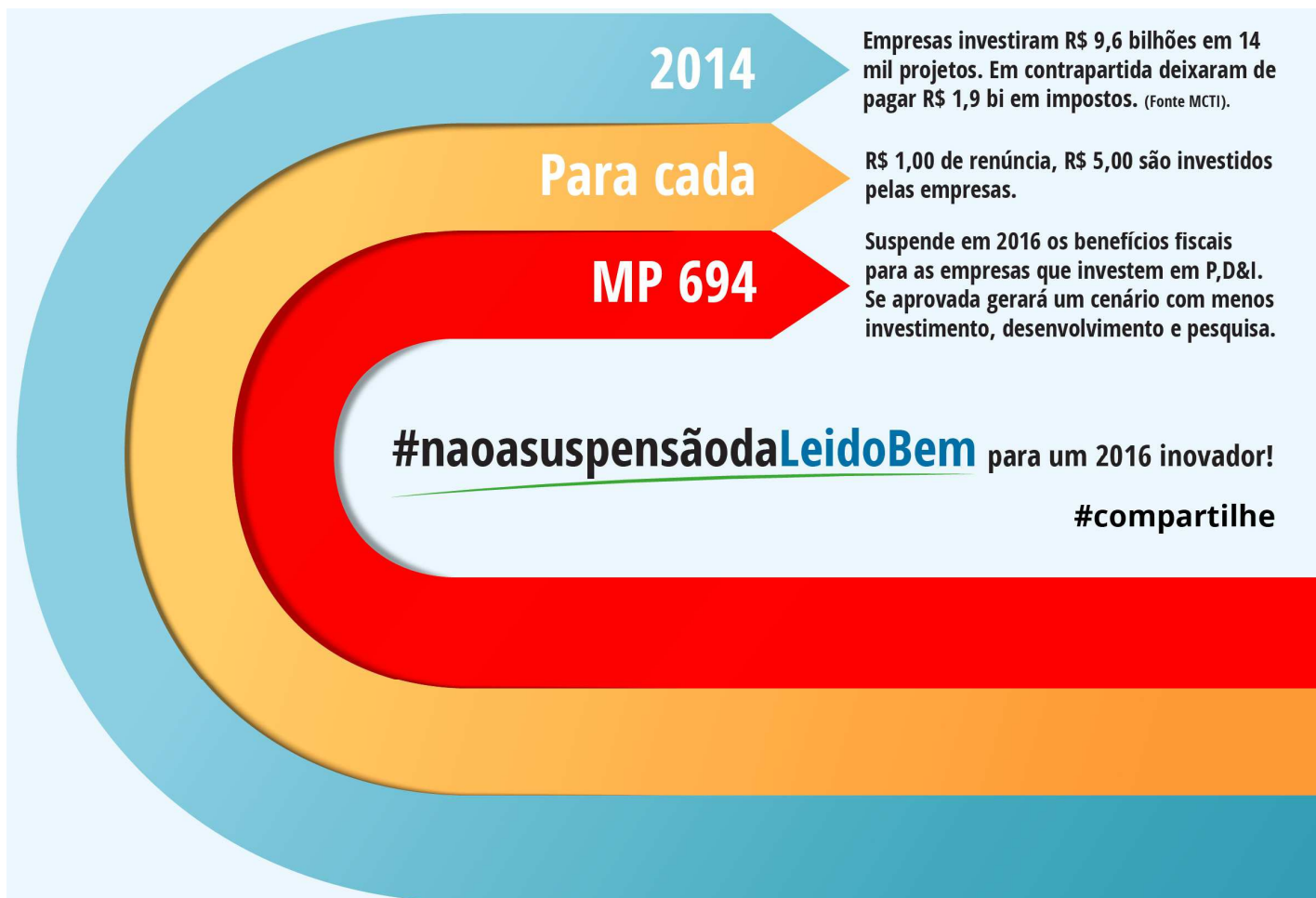
Fonte: International Monetary Fund, World Bank, CIA Fact Book

Seminário Lei do Bem

Comparação de incentivos fiscais para empresas em diferentes países

Lei do Bem

A visão do setor privado sobre o modelo atual de investimento privado em C,T&I



Seminário Lei do Bem

Benefícios da Lei do Bem e a ameaça da MP 694/2015

Lei do Bem | A visão do setor privado sobre o modelo atual de investimento privado em C,T&I

- Em 2/10/2015 a Associação divulga carta direcionada à presidente Dilma Rousseff repudiando a **MP 694/2015**.
- A carta foi co-assinada por mais de 50 entidades e encaminhada para o mailing de associados e para a imprensa nacional.

Carta aberta Anpei: Suspensão da Lei do Bem

São Paulo, 02 de outubro de 2015

Excelentíssima Senhora
Presidente Dilma Vana Rousseff
Presidência da República
Brasília, DF

Senhora Presidente,

Por meio deste manifesto, as entidades abaixo representadas, declaram seu repúdio à suspensão abrupta do benefício fiscal preconizado pela lei do bem (lei 11.196 de 21/11/2005) imposta pela medida provisória no 694 de 30/09/2015.

A sanção da lei do bem em 2005 foi uma das principais conquistas da sociedade brasileira para o estímulo ao desenvolvimento da pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D+i).

Seminário Lei do Bem

Carta aberta da
Anpei contra a
MP 694/2015

ANPEI

Lei do Bem | A visão do setor privado sobre o modelo atual de investimento privado em C,T&I

ESTADO DE S. PAULO

Suspensão da Lei do Bem provoca críticas

MP editada ontem aumenta alíquota cobrada na distribuição de juros sobre capital próprio e corta incentivos à pesquisa tecnológica

BRASILIA E SÃO PAULO

O governo editou ontem uma medida provisória com aumento de tributo e redução de incentivos e anunciou a flexibilização das regras do programa de parcelamento de impostos para aumentar a adesão das empresas. Algumas medidas sofreram fortes críticas.

A MP enviada ao Congresso aumenta de 15% para 18% a alíquota de Imposto de Renda cobrada na distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) a titulares, sócios ou acionistas das empresas. A medida faz parte do pacote de aumento de receitas anunciado em meados de setembro. A mudança na alíquota deve reforçar o caixa em R\$ 1,4 bilhão em 2016.

Na MP, está ainda a redução de benefícios no pagamento de PIS/COFINS pela indústria química, mudança que renderá ao governo outros R\$ 800 milhões no ano que vem. Em resposta, representantes do setor químico alertam para o risco de a indústria enfrentar aquela que está sendo chamada de "tempestade perfeita".

A MP afeta principalmente a petroquímica brasileira, mas os efeitos da redução dos incenti-

vos se estenderão de forma direta por uma cadeia formada por 50 empresas. É o caso de grandes indústrias, como Basf e Oxiteno, responsáveis pela produção de insumos químicos utilizados por outras indústrias do País. "Acreditamos que é um absurdo encerrar um incentivo concedido há tão pouco tempo após negociação de anos com o governo", diz o diretor executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alcalis, Cloro e Derivados (Abiclor), Martin Afonso Perna.

Lei do Bem. A MP suspende, para 2016, a permissão dada às empresas de excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, os percentuais gastos com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Em reação à medida, nove associações empresariais ligadas à pesquisa e desenvolvimento emitiram ontem um manifesto de repúdio ao fim do incentivo fiscal à inovação.

As entidades lembram que a chamada "Lei do Bem", criada no governo Lula, foi essencial para que o País atraísse 15 centros globais de pesquisa de multinacionais em quatro anos. "Os executivos das multina-

SEXTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2015 | Economia | B3



Segmento. Braskem será afetada com redução de incentivos

uma parcela menor a ser paga em dinheiro, mais empresas participam.

"Esperamos que a adesão seja maior", disse o coordenador-geral de Arrecadação e Cobrança da Receita Federal, João Paulo Martins da Silva. Se a arrecadação for menor, a diferença poderá ser descontada do resultado de superávit primário previsto para 2015.

Nela regra anterior, para aderir ao programa, o contribuinte teria de pagar 43% de dívidas tributárias, e o restante poderia ser quitado utilizando prejuízo fiscal - uma espécie de crédito tributário. O prazo acabaria no fim de setembro.

Baixa adesão. As empresas reclamaram que não tinham esse valor disponível e a entrada no programa, de acordo com Silva, ficou bem abaixo do esperado pela Receita. "Por isso propomos essa alteração."

Com o pagamento abaixo do esperado, o governo decidiu prorrogar o prazo de adesão ao programa até o fim de outubro e reduzir significativamente a parcela a ser paga em dinheiro. O contribuinte que optar por fazer o pagamento em outubro terá de entregar 30% do total do débito e poderá quitar a dívida com 70% de prejuízo fiscal. Quem quiser, poderá dividir o montante devido em duas vezes iguais, mas terá que pagar em dinheiro 35% da dívida. Para dividir em três vezes, será necessário pagar 36% da dívida em espécie. "Ficou mais benéfico para o contribuinte", diz.

Ele afirma que o Prorrell é um programa para a redução de litígios e permanecem as obrigações da medida anterior só podem ser inscritos débitos que estão sendo questionados administrativamente ou judicialmente e, para aderir, o contribuinte tem que desistir da ação. **ADERENÇA INDETERMINADA, LUCO BASTANTE, MANEJO CRIATIVO E ANEXO BASTANTE**

Governo quer suspender incentivos fiscais em projetos de inovação

Com a suspensão de incentivos, pode acabar a Lei do Bem, que oferece milhões de reais a empresas de todo o Brasil.

Renato Biazzi
São Paulo, SP



Seminário Lei do Bem

No final de 2015 e início de 2016, a Anpei liderou o debate sobre a importância da Lei do Bem e o combate à MP 694 em mais de 40 matérias na imprensa.

Na hora que o Brasil precisa melhorar a capacidade de competição internacional, o governo, apertado pelas contas, quer suspender por um ano os incentivos a empresas que investem em inovação e pesquisa.

O plano da gigante de cosméticos paulista era espalhar pelo mundo fragrâncias típicas do Brasil. Foram anos de pesquisas, que consumiram milhões de reais, até o projeto virar uma linha de perfumes que faz sucesso aqui e lá fora. A empresa é uma das 1,2 mil que, em 2014, aderiram à Lei do Bem, que dá incentivos fiscais à pesquisa e desenvolvimento de produtos.

Em 2014, as empresas investiram R\$ 10 bilhões em quase 14 mil projetos. Como contrapartida, deixaram de pagar R\$ 2 bilhões em imposto.

Mas, em 2016, a Lei do Bem pode ser suspensa por um ano se a Medida Provisória 694 passar no Congresso. O Ministério da Ciência e Tecnologia explica que a suspensão é parte do ajuste fiscal do governo.

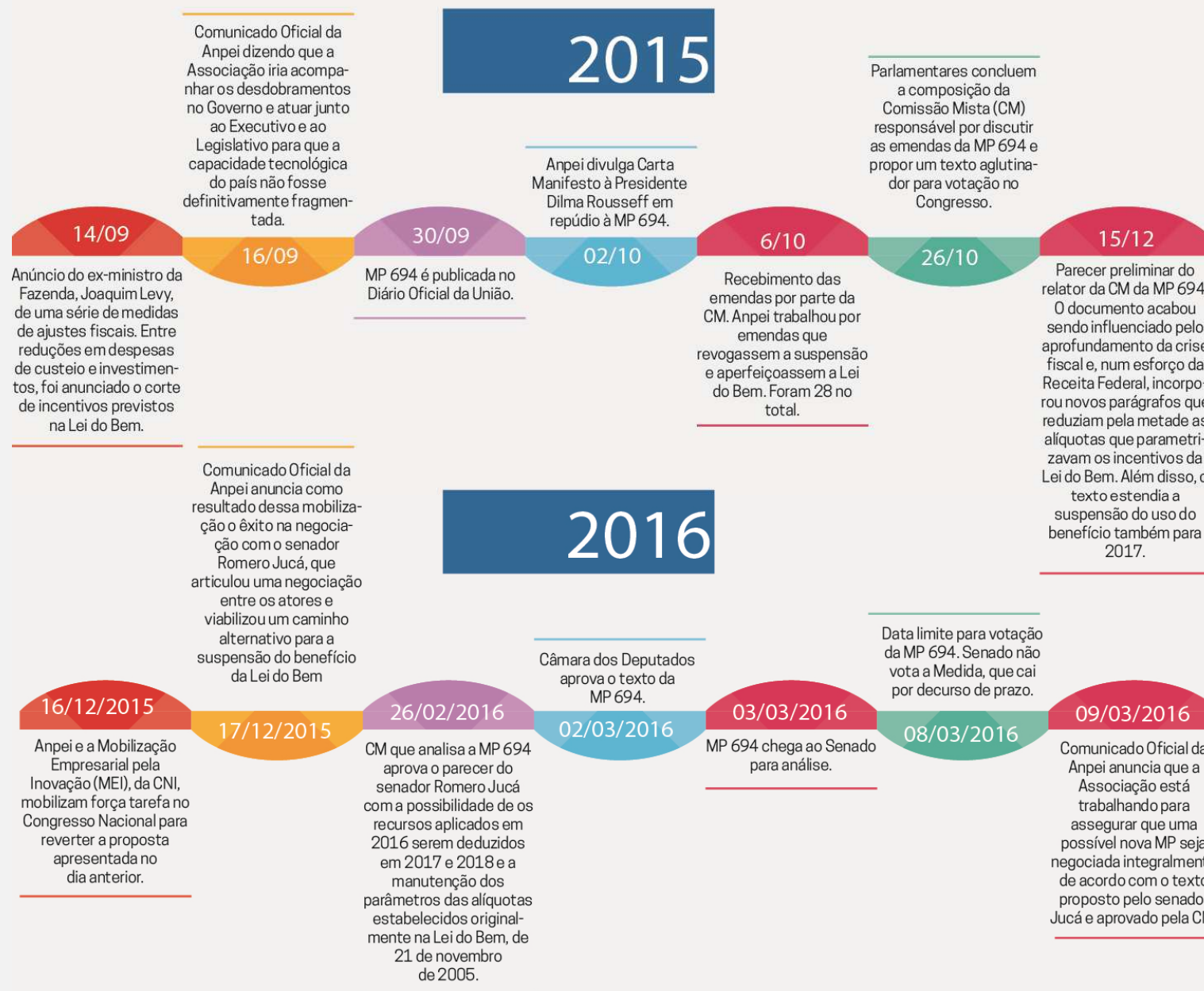
A associação que representa as empresas inovadoras critica a medida. A criação de novos produtos envolve centenas de profissionais, muita tecnologia, e depende de pesquisadores que passam o dia pensando em como melhorar a vida das pessoas.

O trabalho deles muitas vezes começa de forma bem simples. Em uma empresa que desenvolve softwares corporativos, por exemplo, todas as conversas com os clientes são registradas em papéis. Cada um deles contém uma informação diferente que pode gerar discussões e pode inspirar ideias inovadoras.

A empresa gastou só no ano passado R\$ 243 milhões em pesquisa e desenvolvimento, um quarto desse investimento veio da Lei do Bem.

O Estado de S. Paulo

Jornal da Globo



Seminário Lei do Bem

Ações Anpei
e a MP 694

ANPEI

Lei do Bem | A visão do setor privado sobre o modelo atual de investimento privado em C,T&I

O Art. 19A da Lei do Bem

- A empresa poderá optar entre os incentivos originais da Lei do Bem e os do **Art. 19-A**, introduzidos pela Lei nº 11.487, de 15 de junho de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.260, de 20 de novembro de 2007.
- **O benefício desta legislação consiste na exclusão, para efeito de apuração do IRPJ e da CSLL, de no mínimo a metade e no máximo duas vezes e meia o valor dos dispêndios efetuados em projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por instituição científica e tecnológica (ICT).**
- Esta Lei trata de financiamento pelas empresas de projetos de pesquisa de ICTs (conforme definidas na Lei nº 10.973/2004), previamente aprovados por Comitê permanente (MEC, MCTI e MDIC).
- Os projetos de pesquisa das ICTs devem ser apresentados ao MEC (CAPES) para aprovação.

Seminário Lei do Bem

ANPEi



www.anpei.org.br

+ 55 (11) 3842-3533 | + 55 (11) 3846-1334

Av. Torres de Oliveira, 76 – Jaguaré – CEP: 05347-902

São Paulo – SP